Farol estudos

EDIÇÃO 2026.11.20

AMOSTRA GRÁTIS · CADERNO COMPLETO DE ESTUDO

Técnico do Banco Central

Teoria pelo edital, letra da lei, mapas mentais, flashcards e questões comentadas, com QR code para vídeo, podcast e simulado online.

9	169	2.468	1.643
disciplinas	tópicos	questões comentadas	flashcards

farolestudos.com.br

Farol estudos

Caderno completo · Técnico do Banco Central
Edição 2026.11.20, gerada em 20/11/2026 a partir do conteúdo da plataforma Farol Estudos.

Material de estudo independente, sem vínculo com órgão público ou banca organizadora. As questões marcadas como “Prova real” citam a banca e o ano de origem; as demais são inéditas, escritas pela equipe Farol.

Licença de uso individual e intransferível. É proibido revender, compartilhar ou publicar este arquivo, no todo ou em parte. O conteúdo é atualizado continuamente no site: use os QR codes para ver a versão mais recente de cada tópico.

Encontrou um erro ou quer sugerir algo? Escreva para suporte@farolestudos.com.br.

Crie sua conta grátis
plano do dia, questões ilimitadas e revisão espaçada

Como usar este caderno

Resumo
a essência do tópico em poucas linhas. Comece por aqui e volte nele na véspera.

Como a banca cobra
as pegadinhas que mais derrubam candidatos, com o raciocínio para não cair.

Mapa mental
o tópico inteiro numa página. Ótimo para revisar em 2 minutos.

Questões
no formato da prova. O gabarito comentado fica no fim de cada disciplina.

Letra da lei
os dispositivos que a banca transcreve. Leia em voz alta: a prova troca uma palavra.

Revisão rápida
checklist para marcar o que você já domina. O que ficar em branco volta para a revisão.

Flashcards
cubra a coluna da direita e responda antes de olhar.

O método em quatro passos

1. **Leia** o tópico na ordem: resumo, entenda, letra da lei.
2. **Feche o caderno** e refaça o mapa mental de memória.
3. **Resolva** as questões e confira o gabarito comentado.
4. **Revise** com os flashcards em 1, 7 e 30 dias. No app, a revisão espaçada faz essa conta por você.

QR codes: o caderno continua online

Cada tópico traz QR codes para a página do tópico (com podcast e atualizações), a videoaula, quando houver, e todas as questões do tema corrigidas na hora. No fim do caderno, um simulado no formato da prova, que você também pode fazer online com nota projetada.

Simulado online grátis
nota projetada na hora

Edital verticalizado
marque o que já estudou

Raio-X da prova

BANCA
CESPE/UnB

REFERÊNCIA
Edital nº 1 – BACEN, de 2013

OBJETIVA
120 itens Certo/Errado

TEMPO
4h30

Itens Certo/Errado: cada resposta errada anula uma certa; em branco não pontua.

DISCIPLINA	BLOCO	PESO	TÓPICOS	ALTA PRIORIDADE	PÁGINA
Língua Portuguesa	P1	14	32	14	6
Noções de Direito Constitucional	P1	8	16	7	Volume 1
Noções de Direito Administrativo	P1	10	12	9	33
Gestão Pública	P1	12	23	9	Volume 1
Informática para usuários	P1	8	16	4	Volume 1
Raciocínio Lógico-Quantitativo	P1	8	14	4	Volume 1
Fundamentos de Contabilidade	P2	30	23	17	Volume 1
Fundamentos de Gestão de Pessoas	P2	19	22	6	Volume 1
Fundamentos de Gestão de Recursos Materiais	P2	11	11	8	Volume 1

Sumário

Língua Portuguesa 6
1.1 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação 7
1.2 Pronomes de tratamento 25

Noções de Direito Administrativo 33
3.1 Ato administrativo — elementos e atributos 34
3.2 Ato administrativo — espécies e classificação 40

Simulado final 46

01

Língua Portuguesa

2 tópicos · 24 questões no caderno · 24 online

1.1 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação ● 7

1.2 Pronomes de tratamento 25

● prioridade alta no edital

1.1 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

21 questões online
corrigidas na hora

Resumo

O item de compreensão pergunta se o texto autoriza a afirmação, e não o que o candidato sabe do assunto. Resolve-se comparando o enunciado com um trecho localizável.

- **Comando do item:** define se a resposta está escrita no texto ou precisa ser deduzida dele.
- **Paráfrase fiel:** mesma ideia com outras palavras é item certo.
- **Implícitos:** o pressuposto decorre de uma palavra do texto; a inferência, de dedução necessária.
- **Erros típicos:** extrapolação, redução e contradição.
- **Vozes:** a opinião citada ou refutada não é, só por isso, a do autor.
- **Ironia:** o sentido pretendido é o contrário do literal.

Entenda

O comando do item

- **"O texto afirma", "segundo o texto", "de acordo com o texto":** informação explícita, literal ou em paráfrase fiel.
- **"Infere-se", "depreende-se", "conclui-se":** informação implícita, mas necessária: dedução sem acréscimo.
- **"Sugere", "permite supor":** leitura mais aberta, ainda presa ao texto.

> *Ex.: o texto diz que a transferência da polícia para o governo da cidade significou passar da caça aos criminosos à prevenção dos crimes. O item que chama isso de "mudança de paradigma no papel da polícia" está certo: é paráfrase.*

Método: localizar e comparar

1. Localize no texto o trecho de que o item trata.
2. Compare palavra por palavra: quantificadores (*todos, alguns, apenas*), modalizadores (*talvez, certamente*), sujeito da ação e tempo verbal.
3. Pergunte: o texto diz isso, permite deduzir isso, ou eu sei isso por fora? Só as duas primeiras respostas tornam o item certo.

> *Ex.: o texto diz que só é planeta o corpo celeste que "não seja um satélite natural, como a Lua". O item "não é impróprio denominar a Lua de planeta" está errado: basta localizar o trecho.*

Pressuposto

> Pressuposto é a informação implícita que uma palavra do texto obriga a aceitar. Marcas comuns: *apenas, só, ainda, já, também, continua, passou a, deixou de*. Se a marca está no texto, o pressuposto é verdadeiro.

- *Ele **ainda** dirige sem habilitação.* → já dirigia sem habilitação antes.

- *A corporação* ***passou a*** *priorizar a prevenção.* → antes não priorizava.

> *Ex.: "A opção não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia." Pressupõe-se que há temas polêmicos que não atraem a mídia. Item certo.*

Inferência

A inferência válida é a que o texto torna necessária. Ela costuma vir em termos modestos (*está associado a, provavelmente*). A inferência falsa costuma vir em termos fortes (*deveu-se a, é a principal causa, conclui-se que sempre*).

> *Ex.: "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas". É correto inferir que o funcionário provavelmente já morreu: a expressão é eufemismo de morte, e "deve ter" indica probabilidade.*

Extrapolação

Extrapolar é acrescentar ao texto um dado que ele não traz: causa, comparação, superlativo, nacionalidade, intenção, continuidade no tempo. É o erro mais frequente.

- O texto diz que o uso de *deepfakes* cresceu 830%. O item diz que esses crimes "são os que mais crescem no Brasil". **Errado:** o texto não compara.
- O texto diz que o sobrenome do autor é "sonoro, hispânico". O item diz que o autor é espanhol. **Errado.**

> *Ex.: o texto informa que, no Império, os deputados eram eleitos por maioria relativa. O item que afirma que o Brasil adota esse sistema "sem interrupções, desde o Império" extrapola.*

Causa inventada e correlação

> O texto relaciona dois fatos; o item transforma a relação em causa. "Relacionado a" não é "causado por". Confira se há no texto um conector de causa (*porque, devido a, em razão de*).

> *Ex.: o texto diz que, nas sociedades tribais, o trabalho está integrado às outras atividades e que um autor as chamou de "sociedades de abundância". O item "devido à abundância de recursos, os indivíduos não separam trabalho e lazer" está errado: a causa não está no texto.*

Contradição e redução

Na contradição, o item diz o oposto do texto, às vezes trocando uma única palavra. Na redução, toma a parte pelo todo, ou eleva um exemplo a tema.

- O texto diz que a violência física estava "em declínio". O item atribui o monopólio estatal da força a "índices insustentáveis de violência". **Errado.**
- O texto diz que "a separação de classes não é rígida como a que existe entre as castas". O item diz que a casta é menos rigorosa. **Errado.**

> *Ex.: palavras absolutas no item ("sempre", "nunca", "apenas", "qualquer") pedem prova absoluta no texto.*

Item longo com final falso

A banca repete o texto em três quartos do item e acrescenta, na última oração, um juízo ou uma explicação que não está lá. Leia o item até o fim; o erro costuma estar depois da última vírgula.

> *Ex.: o item descreve corretamente a tese de dois autores sobre a ficção e termina com "em oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos". O texto não menciona essa visão. Errado.*

Ironia e sentido figurado

Na ironia, o autor diz o contrário do que pensa. Sinais: pergunta retórica, aspas, exagero, elogio descabido. O item que lê o elogio ao pé da letra está errado. Eufemismo e metáfora também pedem leitura não literal.

> *Ex.: texto elogia as bombas "limpas" e termina com "Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?". A pergunta retórica marca a crítica; o item que atribui ao autor "visão positiva" das bombas está errado.*

Tema, tese e vozes do texto

> Tema é o assunto; tese é a posição do autor; argumentos a sustentam. Os tipos mais comuns: autoridade, dados, exemplo, comparação, causa e consequência, contra-argumentação. A voz introduzida por *segundo, para, de acordo com*, ou entre aspas, é de outro. O autor pode adotá-la ou refutá-la; o contexto mostra qual.

- **Adota:** os autores apresentam um estudioso como "autoridade" no assunto e usam sua explicação. Infere-se que a corroboram.
- **Refuta:** "Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram." O autor trata a ideia corrente como equivocada.

> *Ex.: o item que atribui ao autor do texto a opinião de um pensador apenas citado, ou o inverso, troca o sujeito da opinião.*

Vocabulário e paralelismo no contexto

O sentido de uma palavra se fecha no contexto. Em estrutura paralela, o termo retoma o par correspondente. Oração que repete a ideia anterior é redundante, com valor de ênfase.

- "homens e mulheres, pequenos e grandes" retoma "homens e mulheres, adultos e jovens": refere-se a idade, e não a tamanho.
- "são completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra": a segunda oração reforça a primeira.

> *Ex.: "não haverá o dogma do PPI". Dogma é doutrina indiscutível; o item que diz que o PPI não deve ser visto como doutrina indiscutível está certo.*

Quadro

Erro do item	Sinal	Como conferir
Extrapolação	dado, comparação ou superlativo novo	procurar o dado no texto
Causa inventada	"devido a", "porque" ausentes no texto	procurar o conector de causa
Contradição	palavra trocada pelo oposto	reler o trecho exato
Redução	"apenas", "somente", exemplo como tema	verificar o que mais o texto diz
Leitura literal de ironia	elogio estranho ao tom do texto	procurar pergunta retórica, aspas, exagero
Troca de voz	opinião do citado atribuída ao autor	ver quem fala: "segundo", aspas

Como a banca cobra

- "Infere-se que o autor do texto é espanhol." → **errado** (o texto só diz que o sobrenome é hispânico).
- "Conclui-se que o monopólio da violência pelo Estado deveu-se aos índices insustentáveis de violência." → **errado** (o texto diz que a violência estava em declínio).
- "Infere-se que nem todos os temas polêmicos recebem a atenção dos meios de comunicação." → **certo** (pressuposto marcado por "apenas" e pela oração restritiva).
- "De acordo com o texto, os crimes com *deepfake* são os que mais crescem no Brasil." → **errado** (superlativo que o texto não traz).
- "A oração 'nenhuma letra se igualando a outra' é redundante em relação à anterior, servindo para reforçar-lhe o sentido." → **certo**.
- "Infere-se que 'boêmios e vampiros' diferem biologicamente dos seres humanos em geral." → **errado** (o texto fala de hábito).
- **Detalhe que derruba o item:** um conector de causa que o texto não tem, um quantificador ou superlativo exagerado, ou a leitura literal de trecho irônico.

Revisão rápida

- ☐ **O que o item de compreensão pergunta?** Se o texto autoriza a afirmação.
- ☐ **"Infere-se" admite acréscimo?** Não; só dedução necessária.
- ☐ **De onde nasce o pressuposto?** De uma marca do texto: "apenas", "ainda", "passou a".
- ☐ **Qual o erro mais comum?** Extrapolação: dado, causa ou comparação que o texto não traz.
- ☐ **Correlação é causa?** Não; "relacionado a" não é "causado por".
- ☐ **Como ler um elogio seguido de pergunta retórica?** Como ironia.
- ☐ **A opinião citada é a do autor?** Só se o texto mostrar que ele a adota.
- ☐ **Onde costuma estar o erro do item longo?** Na última oração.

Mapa mental

Interpretação e inferência

O que vale
- O que o texto autoriza
- Não o que você sabe

Tipos de item
- "Afirma": explícito ou paráfrase
- "Infere-se": dedução necessária
- Pressuposto: marca linguística

Erros típicos
- Extrapolação: acrescenta
- Redução: parte pelo todo
- Contradição: inverte

Vozes do texto
- Tese do autor × voz citada
- Ironia diz o contrário

Sinais de alerta
- Correlação não é causa
- Absolutos pedem prova absoluta
- Inferência certa costuma ser modesta

Método
- Localizar o trecho
- Comparar palavra por palavra

⚠ Pegadinha
- Juízo acrescentado no fim do item → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.
Item de compreensão: quando a paráfrase é Certa e quando há contradição?	**Paráfrase fiel** (mesma ideia com outras palavras, inclusive opinião corretamente atribuída a autor citado) → **Certo**. **Contradição** = o item diz o **oposto** do texto. Se o trecho **confirma** a ideia, afirmar que a "contradiz" é Errado.
Como tratar um elogio num texto que termina com pergunta retórica ("Trata-se de uma fabulosa conquista, não?")?	É **ironia**: o sentido pretendido é o **oposto** do literal. Pergunta retórica, aspas e exagero sinalizam ironia. Pegadinha: item que lê o elogio ao pé da letra ("visão positiva") → Errado.
Uma expressão pode ter seu sentido definido pelo paralelismo com um par anterior do texto?	**Sim.** Em estruturas paralelas, o termo **retoma o par correspondente** ("homens e mulheres, **pequenos e grandes**" = "adultos e jovens" → faixa etária, não tamanho).
Para o Cebraspe, é correto dizer que uma oração "é redundante, servindo para reforçar" a anterior?	**Sim**, quando ela **repete a ideia anterior** com valor **enfático** ("completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra").

Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.
Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.
No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.

Questões

gabarito comentado na p. 31

1

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa.

(C) Certo (E) Errado

2

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Entende-se da leitura do texto que a criatividade é fruto da combinação entre os pensamentos convergente e divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

3

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

O autor do texto argumenta contra a proposta de J. P. Guilford sobre o raciocínio humano.

(C) Certo (E) Errado

4

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No texto, o pensamento convergente é apresentado como mais complexo para os seres humanos que o divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

5

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Segundo o texto, a IA generativa tem crescido de forma exponencial, assim como a adoção de medidas de segurança cibernética.

(C) Certo (E) Errado

6

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Conclui-se do texto que o Brasil lidera o ranking mundial de fraudes cometidas em ambiente virtual baseadas na utilização de imagens de pessoas famosas e celebridades.

(C) Certo (E) Errado

7 INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

No texto, a expressão "sobretudo" (segunda frase) introduz uma ideia de

(A) oposição ao que foi dito antes.
(B) ênfase, destacando o fator mais importante.
(C) conclusão do raciocínio.
(D) tempo, indicando quando algo ocorre.
(E) condição para que algo aconteça.

8 INÉDITA FAROL

Ao contrário do que muitos imaginam, o servidor que atende o público não é um mero repassador de informações. Ele traduz normas, orienta caminhos e, muitas vezes, é o único rosto do Estado que o cidadão conhece. Por isso, a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço.

Infere-se do texto que o atendimento cortês ao cidadão

(A) é uma gentileza opcional do servidor.
(B) dispensa o conhecimento das normas.
(C) integra o próprio serviço público prestado.
(D) só é exigido de servidores em cargo de chefia.
(E) substitui a orientação técnica ao cidadão.

9 INÉDITA FAROL

Desde que o órgão adotou o trabalho remoto parcial, o número de processos concluídos por servidor aumentou. A chefia, no entanto, observa que a comunicação entre as equipes ficou mais lenta e que os servidores recém-chegados têm mais dificuldade para aprender a rotina do setor. Por isso, estuda manter dois dias presenciais por semana, sem abandonar o modelo remoto nos demais dias.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que a adoção de dias presenciais visa principalmente:

(A) aumentar o número de processos concluídos, que caiu com o trabalho remoto.
(B) extinguir o trabalho remoto no órgão.
(C) reduzir os problemas de comunicação entre as equipes e de aprendizagem dos novos servidores.
(D) punir os servidores que tiveram baixa produtividade.
(E) reduzir os custos com energia e estrutura física.

10

INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central defendida no texto é a de que:

(A) a tecnologia só moderniza de fato a administração quando acompanhada da revisão dos processos e das exigências.

(B) a tecnologia é inútil para reduzir a burocracia.

(C) os formulários devem ser abolidos das repartições.

(D) a burocracia já foi eliminada pelos atendimentos por aplicativo.

(E) o e-mail deve substituir todos os atendimentos presenciais.

11

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Do último período do texto, infere-se que, na visão dos autores do estudo:

(A) os pedestres são os culpados pelos atropelamentos.

(B) as rodovias devem ser fechadas aos pedestres.

(C) os motoristas não precisam de nenhuma medida de segurança.

(D) a engenharia viária tem privilegiado os motoristas em detrimento dos pedestres.

(E) a iluminação é desnecessária nos trechos urbanos.

12

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho "a firmeza não depende da rispidez", o autor defende que:

(A) o servidor deve ceder a todas as exigências do cidadão.

(B) o servidor deve evitar qualquer limite no atendimento.

(C) a rispidez é necessária para manter a autoridade.

(D) a firmeza prejudica o atendimento.

(E) é possível manter a posição e os limites sem ser grosseiro.

13

INÉDITA FAROL

Durante anos, o trecho da serra foi conhecido como o mais perigoso da região. As curvas fechadas, a neblina frequente e o acostamento estreito somavam-se à pressa de quem queria vencer a subida antes do anoitecer. Nos últimos tempos, porém, os registros de acidentes caíram de forma expressiva. Não houve obra de duplicação nem mudança no traçado: o que mudou foi a combinação de sinalização mais visível, radares nos pontos críticos e fiscalização frequente nos fins de semana. Os motoristas que antes reclamavam das abordagens passaram a reconhecer que a viagem ficou mais tranquila. O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos em engenharia; às vezes, o resultado vem de medidas simples, aplicadas com constância.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a redução dos acidentes no trecho da serra deve-se principalmente:

(A) à duplicação da pista e à correção das curvas fechadas.

(B) ao fim da neblina, por mudanças no clima da região.

(C) à diminuição do número de veículos que passam pelo trecho.

(D) a um conjunto de medidas simples aplicadas com regularidade, sem alteração da estrutura da via.

(E) à proibição do tráfego nos fins de semana.

14

INÉDITA FAROL

Quem entra hoje em uma repartição pública raramente vê as pilhas de processos que, há algumas décadas, ocupavam mesas e corredores. A digitalização mudou a paisagem, mas não eliminou o trabalho de organizar. Um documento eletrônico mal classificado se perde com a mesma facilidade de uma folha esquecida em uma gaveta — com a diferença de que ninguém tropeça nele. Por isso, os arquivistas insistem em que tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível. Sistemas modernos ajudam a registrar, localizar e controlar prazos, desde que alguém tenha decidido antes o que guardar, por quanto tempo e por quê. A pergunta, portanto, continua a mesma de sempre: não é onde guardar, mas como encontrar.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central do texto é a de que:

(A) a digitalização tornou o trabalho dos arquivistas desnecessário.

(B) os documentos em papel se perdem com mais facilidade que os eletrônicos.

(C) a digitalização não dispensa a organização metódica dos documentos.

(D) os sistemas modernos decidem sozinhos o que guardar e por quanto tempo.

(E) as repartições públicas ainda acumulam pilhas de processos nos corredores.

15

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

De acordo com o texto, a mudança de comportamento no trânsito se consolida quando

(A) a fiscalização é constante e a regra vale para todos.

(B) as estradas são reformadas e ampliadas.

(C) as campanhas educativas substituem a fiscalização.

(D) os motoristas deixam de usar o cinto de segurança.

(E) os limites de velocidade são aumentados.

16

INÉDITA FAROL

A implantação do protocolo digital mudou a rotina do setor. Antes, o cidadão precisava comparecer pessoalmente, enfrentar fila e voltar dias depois para saber o andamento do pedido. Hoje, o requerimento é enviado pela internet e cada etapa fica registrada no sistema, o que permite acompanhar o processo de casa. A mudança, porém, exigiu treinamento dos servidores e não eliminou o atendimento presencial, mantido para quem não tem acesso à rede.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a implantação do protocolo digital:

(A) permitiu acompanhar o andamento dos pedidos sem ir ao órgão, embora o atendimento presencial tenha sido mantido.
(B) eliminou o atendimento presencial, substituído pelo envio dos pedidos pela internet.
(C) dispensou o treinamento dos servidores, por ser um sistema simples.
(D) aumentou as filas, pois os cidadãos passaram a voltar mais vezes ao setor.
(E) restringiu os requerimentos a quem tem acesso à internet.

17

INÉDITA FAROL

O acostamento existe para emergências, mas, nas rodovias brasileiras, transformou-se em faixa extra para quem não tolera esperar. Nos feriados, quando o fluxo de veículos dobra, motoristas impacientes avançam pela lateral da pista e criam um risco que ultrapassa o próprio veículo: obrigam ambulâncias a disputar espaço, surpreendem ciclistas e pedestres e, não raro, provocam colisões ao retornar à faixa de rolamento. A fiscalização eletrônica ajuda a coibir a prática, porém não a elimina. Especialistas lembram que a regra só se torna hábito quando o condutor entende que o acostamento livre pode ser, amanhã, o caminho do socorro que ele próprio vai esperar.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, o uso indevido do acostamento:

(A) põe em risco não só o próprio motorista, mas também socorristas, ciclistas e pedestres.
(B) é totalmente eliminado pela fiscalização eletrônica.
(C) ocorre apenas nos dias úteis, quando o fluxo é menor.
(D) é recomendado pelos especialistas em casos de congestionamento.
(E) não provoca colisões, pois o acostamento é largo.

18

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o servidor:

(A) adaptou o atendimento à necessidade da usuária, em vez de apenas indicar o aplicativo.

(B) recusou-se a atender Dona Lurdes antes do horário de abertura.

(C) exigiu que Dona Lurdes fizesse o pedido pelo aplicativo.

(D) considerou desnecessários os documentos trazidos na sacola.

(E) estava participando de um treinamento sobre atendimento.

19

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Segundo o texto, os atropelamentos em rodovias federais concentram-se:

(A) no período noturno e nos trechos urbanos.

(B) nas manhãs de fim de semana.

(C) nos trechos rurais e desertos.

(D) nas proximidades de postos de fiscalização.

(E) durante o dia, em pistas duplicadas.

20

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a atitude mais eficaz diante de um cidadão irritado é:

(A) ouvir até o fim, repetir com calma o pedido e explicar com clareza o que pode ou não ser feito.
(B) responder no mesmo tom, para impor respeito.
(C) ler o regulamento em voz alta.
(D) encaminhá-lo imediatamente à chefia.
(E) encerrar o atendimento até que ele se acalme.

21

INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o narrador:

(A) mantém o hábito de reduzir a velocidade ao passar pelo posto, por lembrança afetiva do passado.
(B) para no posto todos os dias para pedir informações.
(C) considera os celulares inúteis na estrada.
(D) trabalha como agente rodoviário naquele posto.
(E) nunca conheceu o agente que atendia seu pai.

1.2 ITEM 7.3 DO EDITAL PRIORIDADE MEDIA

Pronomes de tratamento

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

3 questões online
corrigidas na hora

Resumo

O Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), 3ª edição, trata dos pronomes de tratamento em três momentos da comunicação oficial: o endereçamento, o vocativo e o corpo do texto. A banca cobra a forma certa em cada um.

- **Escolha do pronome:** depende do cargo do destinatário.
- **Vocativo:** "Excelentíssimo Senhor" só para Chefes de Poder.
- **Endereçamento:** uma forma para quem é tratado por Vossa Excelência, outra para os demais.
- **Corpo do texto:** pronome abreviado ou por extenso.
- **Concordância:** verbo e possessivo na 3ª pessoa; adjetivo conforme o sexo.
- **Formas abolidas:** Digníssimo e Ilustríssimo.

Entenda

Três momentos

O pronome de tratamento aparece no endereçamento (a quem se dirige o documento), no vocativo (a invocação que abre o texto) e no corpo do texto. Cada momento tem forma própria, e as três variam conforme a autoridade.

> *Ex.: no ofício a um senador: endereçamento "A Sua Excelência o Senhor"; vocativo "Senhor Senador,"; no texto, "Vossa Excelência".*

Vocativo

O vocativo vem sempre seguido de vírgula.

- **Chefes de Poder** (Presidente da República, Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Supremo Tribunal Federal): *Excelentíssimo Senhor* ou *Excelentíssima Senhora*, mais o cargo. *Excelentíssimo Senhor Presidente da República,*
- **Demais autoridades**, mesmo as tratadas por Vossa Excelência: *Senhor* ou *Senhora*, mais o cargo. *Senhora Ministra,* / *Senhor Vice-Presidente da República,*
- **Particulares:** *Senhor Contribuinte,* / *Prezado Senhor,*

O vocativo depende do cargo de quem recebe, e não da hierarquia de quem escreve.

- **Certo:** *Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,*
- **Errado:** *Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado,*

> *Ex.: o Vice-Presidente é tratado por Vossa Excelência, mas não é Chefe de Poder. O vocativo é "Senhor Vice-Presidente da República,".*

Endereçamento

- **Autoridade tratada por Vossa Excelência:** *A Sua Excelência o Senhor* ou *A Sua Excelência a Senhora*.

- **Autoridade tratada por Vossa Senhoria, e particulares:** *Ao Senhor* ou *À Senhora*.

Não existe a forma "A Sua Senhoria o Senhor".

> *Ex.: ofício do presidente do STJ ao presidente do STF. O endereçamento "A Sua Excelência o Senhor" está certo; o vocativo "Senhor Ministro", não: o destinatário é Chefe de Poder.*

Corpo do texto

No corpo do texto, o pronome de tratamento pode vir abreviado ou por extenso: *V. Exa.* ou *Vossa Excelência*; *V. Sa.* ou *Vossa Senhoria*. *Vossa Excelência* cabe às altas autoridades dos três Poderes; *Vossa Senhoria*, às demais autoridades e aos particulares.

> *Ex.: "Encaminho a V. Exa. o relatório" e "Encaminho a Vossa Excelência o relatório" estão corretos.*

Concordância

O pronome de tratamento se dirige à segunda pessoa, mas leva verbo e possessivo para a 3ª pessoa. O adjetivo concorda com o sexo da pessoa a quem se refere. *Vossa* se usa para falar com a autoridade; *Sua*, para falar sobre ela.

- **Certo:** *Vossa Excelência* ***conhece*** *o* ***seu*** *dever.*
- **Errado:** *Vossa Excelência* ***conheceis*** *o* ***vosso*** *dever.*
- **Certo:** *Vossa Excelência está* ***atarefada****.* (destinatária mulher)

> *Ex.: "Sua Excelência o Ministro não poderá comparecer" (fala-se dele a outra pessoa).*

Formas abolidas

O Manual aboliu, nas comunicações oficiais, *Digníssimo* (DD.) e *Ilustríssimo* (Ilmo.) e recomenda evitar "doutor" como tratamento indiscriminado. *Senhor* confere a formalidade necessária.

> *Ex.: "Ilustríssimo Senhor Diretor," está em desacordo com o Manual. O correto é "Senhor Diretor,".*

Decreto nº 9.758/2019

No Poder Executivo federal, o decreto fixou *senhor* como único pronome de tratamento na comunicação com agentes públicos federais, de qualquer nível, e vedou *Vossa Excelência*, *Excelentíssimo*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Magnificência*, *doutor*, *ilustríssimo* e *digníssimo*. Ficam ressalvadas as comunicações com autoridades estrangeiras e com agentes do Judiciário, do Legislativo, dos tribunais de contas, da Defensoria, do Ministério Público e de outros entes, que podem exigir o tratamento previsto em suas normas.

> *Ex.: quando o item diz "de acordo com o MRPR", julga-se pelo Manual.*

§ Letra da lei

MRPR, 3ª ed., item 4.1 — "Na redação oficial, é necessário atenção para o uso dos pronomes de tratamento em três momentos distintos: no endereçamento, no vocativo e no corpo do texto. [...] No corpo do texto, pode-se empregar os pronomes de tratamento em sua forma abreviada ou por extenso."

MRPR, 3ª ed., item 4.4 — "Nas comunicações oficiais, o vocativo será sempre seguido de vírgula. Em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder, utiliza-se a expressão Excelentíssimo Senhor ou Excelentíssima Senhora e o cargo respectivo, seguidos de vírgula. [...] As demais autoridades, mesmo aquelas tratadas por Vossa Excelência, receberão o vocativo Senhor ou Senhora seguido do cargo respectivo."

MRPR, 3ª ed., item 5.1.4 — "O pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: 'A Sua Excelência o Senhor' ou 'A Sua Excelência a Senhora'. Quando o tratamento destinado ao receptor for Vossa Senhoria, o endereçamento a ser empregado é 'Ao Senhor' ou 'À Senhora'."

▦ Quadro

Destinatário	Vocativo	Endereçamento
Chefe de Poder	Excelentíssimo Senhor + cargo,	A Sua Excelência o Senhor
Demais autoridades tratadas por Vossa Excelência	Senhor + cargo,	A Sua Excelência o Senhor
Autoridades tratadas por Vossa Senhoria	Senhor + cargo,	Ao Senhor
Particular	Senhor + nome, ou Prezado Senhor,	Ao Senhor

! Como a banca cobra

- "O vocativo 'Excelentíssimo Senhor' é restrito às comunicações dirigidas ao Presidente da República." → **errado** (vale para os três Chefes de Poder).
- "No corpo do texto, os pronomes de tratamento podem ser empregados abreviados ou por extenso." → **certo**.
- "Os pronomes de tratamento variam conforme a autoridade a quem o texto é endereçado." → **certo**.
- "Em ofício do presidente do STJ ao presidente do STF, emprega-se 'A Sua Excelência o Senhor' e, como vocativo, 'Senhor Ministro', por serem autoridades de mesma hierarquia." → **errado** (o vocativo é "Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,").
- "O vocativo adequado ao Vice-Presidente da República é 'Senhor Vice-Presidente da República', seguido de vírgula." → **certo**.
- **Detalhe que derruba o item:** "Excelentíssimo" estendido a quem não é Chefe de Poder, ou restrito ao Presidente; "A Sua Senhoria o Senhor"; verbo na 2ª pessoa do plural.

Atualização normativa

- **Decreto nº 9.758/2019** (em vigor desde 1º/5/2019): *senhor* como único pronome de tratamento com agentes públicos federais, com as ressalvas indicadas. O Manual segue como referência.

Revisão rápida

- ☐ **Em que momentos aparece o pronome de tratamento?** Endereçamento, vocativo e corpo do texto.
- ☐ **Quem recebe "Excelentíssimo Senhor"?** Os Chefes de Poder: Presidente da República, do Congresso e do STF.
- ☐ **Qual o vocativo do Vice-Presidente?** "Senhor Vice-Presidente da República,".
- ☐ **Como se endereça a quem é tratado por Vossa Excelência?** "A Sua Excelência o Senhor".
- ☐ **E a quem é tratado por Vossa Senhoria?** "Ao Senhor".
- ☐ **O pronome pode vir abreviado no texto?** Sim, abreviado ou por extenso.
- ☐ **Verbo com "Vossa Excelência"?** Na 3ª pessoa.
- ☐ **Quais formas foram abolidas?** Digníssimo e Ilustríssimo.

Mapa mental

Pronomes de tratamento (MRPR)

Vocativo
- Excelentíssimo: só Chefes de Poder
- Demais: Senhor + cargo
- Sempre seguido de vírgula

Endereçamento
- A Sua Excelência o Senhor
- Ao Senhor / À Senhora

Concordância
- Verbo e possessivo na 3ª pessoa
- Adjetivo concorda com o sexo

Vossa × Sua
- Vossa: falar com
- Sua: falar sobre

Abolidos
- DD. e Ilmo.
- Evitar "doutor"

Decreto 9.758/2019
- Executivo federal: só "senhor"

⚠ Pegadinha
- Excelentíssimo só ao Presidente → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Qual o vocativo para Chefes de Poder e para as demais autoridades (MRPR, item 4.4)?	**Excelentíssimo(a) Senhor(a) + cargo,** só para Chefes de Poder: Presidente da República, Presidente do Congresso Nacional, Presidente do STF. Demais autoridades, **mesmo as tratadas por Vossa Excelência** (Vice-Presidente, ministros, juízes, senadores): **Senhor(a) + cargo,** (ex.: "Senhor Vice-Presidente da República,"). Vocativo sempre seguido de vírgula. Armadilhas: "Excelentíssimo restrito ao Presidente da República" (errado) e "Senhor Ministro" ao Presidente do STF (errado).
Em que três momentos aparece o pronome de tratamento e como se grafa cada um (MRPR, 4.1)?	**Endereçamento**: "A Sua Excelência o Senhor" (autoridades tratadas por V. Exa.) ou "Ao Senhor" (V. Sa.) — nunca "A Sua Senhoria o Senhor". **Vocativo**: invocação inicial (ver regra de Chefes de Poder). **Corpo do texto**: forma **abreviada ou por extenso** (V. Exa. / Vossa Excelência).
Vossa Excelência × Vossa Senhoria: quem recebe cada um?	**Vossa Excelência: chefes de Poder** e demais autoridades altas (**Presidente, ministros, deputados, juízes**). **Vossa Senhoria: demais autoridades e particulares**. **Vossa Magnificência:** reitores. **Vossa Santidade:** Papa.
Pronomes de tratamento: qual o verbo e o possessivo?	Verbo e possessivo na **3ª pessoa**: *"Vossa Excelência **disse** que **seu** pedido..."*. Usa-se "**Vossa**" ao **falar com** a autoridade e "**Sua**" ao **falar dela**.
Fechos do expediente (MRPR, 3ª ed.): quais?	**Respeitosamente:** para autoridades **superiores**, inclusive o Presidente. **Atenciosamente:** para **autoridades de mesma hierarquia ou inferior**. Os antigos fechos longos foram **abolidos**.
"Doutor" é pronome de tratamento oficial?	**Não.** É **título acadêmico**; **no Manual**, não se usa como forma de tratamento no vocativo. O vocativo é **Senhor + cargo** ou **Excelentíssimo Senhor + cargo**.

Questões

gabarito comentado na p. 31

22

INÉDITA FAROL

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), o vocativo adequado para um ofício dirigido a um Ministro de Estado é:

A) Excelentíssimo Senhor Ministro,
B) Senhor Ministro,
C) Ilustríssimo Senhor Ministro,
D) Digníssimo Senhor Ministro,
E) Vossa Senhoria Ministro,

23

INÉDITA FAROL

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República (3.ª edição), em comunicação oficial dirigida a Ministro de Estado, o pronome de tratamento e o vocativo adequados são, respectivamente:

A) Vossa Senhoria e "Senhor Ministro,"
B) Vossa Excelência e "Excelentíssimo Senhor Ministro,"
C) Vossa Magnificência e "Senhor Ministro,"
D) Vossa Excelência e "Senhor Ministro,"
E) Vossa Senhoria e "Ilustríssimo Senhor Ministro,"

24

INÉDITA FAROL

Em comunicação oficial dirigida a uma Ministra de Estado, está correta, quanto ao emprego e à concordância do pronome de tratamento, a frase:

A) Vossa Excelência estais convidada para a solenidade.
B) Vossa Excelência está convidado para a solenidade.
C) Sua Excelência está convidada para a solenidade.
D) Vossa Excelência está convidada para a solenidade.
E) Vossa Excelência estás convidada para a solenidade.

Gabarito comentado · Língua Portuguesa

1 C 2 E 3 E 4 E 5 E 6 E 7 B 8 C 9 C 10 A 11 D 12 E 13 D 14 C 15 A 16 A 17 A 18 A 19 A 20 A 21 A 22 B 23 D 24 D

1 **Certo** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Certo. O primeiro parágrafo afirma que a criatividade "parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões" — ou seja, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa, ideia que o autor contesta a seguir ("Isso não é verdade").

2 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. Segundo o texto, Guilford sustenta que "a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente"; o texto não diz que ela resulta da combinação dos pensamentos convergente e divergente.

3 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. O autor apenas expõe a proposta de Guilford e ainda informa que "essa explicação é a mais aceita pelos cientistas"; não há argumentação contra ela.

4 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. O texto não compara a complexidade dos dois raciocínios para os seres humanos: descreve o convergente como estruturado (uma única solução) e o divergente como "mais fluido e caótico".

5 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. O texto afirma que a IA generativa "cresce exponencialmente" e que essa expansão torna "essencial a adoção de medidas preventivas"; não diz que a adoção de medidas de segurança cresce no mesmo ritmo.

6 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. O texto diz que imagens de famosos "são muito utilizadas por criminosos" e que o uso de deepfakes cresceu 830% no Brasil; não afirma que o Brasil lidera algum ranking mundial de fraudes.

7 **B** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

"Sobretudo" equivale a "principalmente": destaca os comportamentos como o fator mais importante, depois de dizer que boas estradas não bastam. Não há oposição, conclusão, tempo ou condição.

8 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto conclui: "a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço". Logo, ela integra o serviço; não é opcional (A) nem substitui a orientação (E).

9 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O "Por isso" liga a proposta aos problemas citados no período anterior: comunicação mais lenta e dificuldade dos recém-chegados. A produtividade aumentou com o trabalho remoto, e não caiu (A). O modelo remoto continua nos demais dias (B). Punição (D) e custos (E) não são mencionados.

10 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto reconhece os ganhos da tecnologia ("de fato encurtaram filas"), mas sustenta que ela não resolve "sozinha" um problema de organização: a modernização "começa antes do computador", ao questionar por que cada etapa existe. Ele não diz que a tecnologia é inútil (B), não propõe abolir formulários (C) nem afirma que a burocracia acabou (D).

11 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Dizer que a engenharia "precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige" pressupõe que hoje ela olha sobretudo para o motorista. O texto atribui o risco à falta de estrutura, e não culpa os pedestres (A), e defende a iluminação (E).

12 **E** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Firmeza (manter limites) e rispidez (aspereza) são separadas: dá para ser firme sem ser grosseiro. O último período reforça isso: "Não se trata de aceitar desaforos", o que exclui (A) e (B).

13 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que "não houve obra de duplicação nem mudança no traçado" e atribui a queda à combinação de sinalização, radares e fiscalização frequente, "medidas simples, aplicadas com constância". A duplicação é expressamente negada (A); clima (B) e volume de veículos (C) não são mencionados como causa; nos fins de semana houve fiscalização, não proibição de tráfego (E).

14 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que a digitalização "não eliminou o trabalho de organizar" e que "tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível". O trabalho de organizar continua necessário (A); o texto iguala a facilidade de perda ("com a mesma facilidade"), não a compara a favor do eletrônico (B); os sistemas ajudam "desde que alguém tenha decidido antes" (D); as pilhas são cena de algumas décadas atrás (E).

15 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O último período afirma que "a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos". As campanhas apenas "ajudam" (A está errada), e o texto diz que o trânsito seguro não depende apenas de boas estradas (B).

16 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que cada etapa fica registrada no sistema, “o que permite acompanhar o processo de casa”, e que o atendimento presencial foi “mantido para quem não tem acesso à rede”. Isso contradiz (B) e (E). A mudança “exigiu treinamento dos servidores” (C). As filas e o retorno ao setor são descritos como coisa do passado (D).

17 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que o motorista cria “um risco que ultrapassa o próprio veículo” e lista ambulâncias, ciclistas, pedestres e colisões. A fiscalização “não a elimina” (B). A prática é citada nos feriados (C). Os especialistas defendem o acostamento livre (D). O texto menciona colisões (E).

18 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O servidor “poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos”: ajustou o atendimento a quem “não confiava em computadores”. Isso contraria (C) e (D). O texto não fala em recusa (B) e afirma que a lição não vem de treinamento (E).

19 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O primeiro período diz que os atropelamentos “se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros”. As demais alternativas não têm apoio no texto.

20 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que ouvir, repetir com calma e explicar com clareza “costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta”. Responder no mesmo tom (B) é a “tentação” a ser evitada, e o regulamento lido em voz alta (C) é apresentado como menos eficaz.

21 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O narrador reduz a velocidade “por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está”: o gesto é memória afetiva. Ele diz que “ninguém mais desce do carro” (B) e não critica os celulares (C). O texto não diz que ele é agente (D), e o agente era “sempre o mesmo”, conhecido da família (E).

22 **B** Pronomes de tratamento

O Manual (3ª ed.) usa "Senhor" + cargo como vocativo para autoridades em geral ("Senhor Ministro,"); "Excelentíssimo" fica restrito aos chefes de Poder. "Ilustríssimo" e "Digníssimo" foram abolidos das comunicações oficiais.

23 **D** Pronomes de tratamento

Ministros de Estado recebem “Vossa Excelência”, e o vocativo é “Senhor Ministro,”. Pela 3.ª edição do Manual, “Excelentíssimo Senhor” fica reservado aos Chefes de Poder (Presidente da República, do Congresso Nacional e do STF) (B). “Vossa Senhoria” é para as demais autoridades e particulares (A, E), e “Ilustríssimo” foi abolido. “Vossa Magnificência” é usado para reitores de universidade (C).

24 **D** Pronomes de tratamento

Com pronome de tratamento, o verbo vai para a 3.ª pessoa (“está”), e não para a 2.ª (A, E), e o adjetivo concorda com o sexo da pessoa (“convidada”) (B). “Vossa” é usado ao falar com a autoridade, e “Sua” ao falar dela (C).



03

Noções de Direito Administrativo

2 tópicos · 6 questões no caderno · 6 online

3.1 Ato administrativo — elementos e atributos ● 34
3.2 Ato administrativo — espécies e classificação 40

● prioridade alta no edital

3.1 ITEM 2.1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Ato administrativo — elementos e atributos

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

Videoaula
aula completa no YouTube

3 questões online
corrigidas na hora

★ Resumo

Ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração, sob regime de direito público, que produz efeitos jurídicos imediatos. O estudo se divide em elementos, que compõem o ato, e atributos, que são suas características.

- **Elementos:** competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- **Vinculados e discricionários:** competência, finalidade e forma são sempre vinculadas; motivo e objeto podem ser discricionários e formam o mérito.
- **Atributos:** presunção de legitimidade e veracidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade (PATI).
- **Presunção:** existe em todo ato e é relativa.
- **Imperatividade e autoexecutoriedade:** não existem em todo ato.
- **Vícios:** a Lei nº 4.717/1965 (art. 2º) prevê um para cada elemento.

Entenda

Elementos e atributos não se confundem

Elementos (ou requisitos) são as partes sem as quais o ato não se forma validamente: competência, finalidade, forma, motivo e objeto (COFIFOMOB). Atributos são as qualidades que diferenciam o ato administrativo do ato privado.

> *Ex.: na multa de trânsito, o agente da autoridade de trânsito é a competência, a segurança viária é a finalidade, o auto de infração é a forma, o excesso de velocidade é o motivo e a penalidade é o objeto.*

Competência

É o poder que a lei atribui ao agente para praticar o ato. É irrenunciável, mas admite delegação e avocação nos casos previstos em lei (Lei nº 9.784/1999, art. 11). O ato praticado fora das atribuições legais do agente tem vício de incompetência.

> *Ex.: o chefe de seção aplica demissão, pena que não é de sua alçada.*

Finalidade

Todo ato busca o interesse público e, além dele, o fim específico que a lei lhe atribui. O ato que não se volta à satisfação do interesse público é nulo, por desvio de finalidade.

> *Ex.: remover o servidor para outra cidade com o intuito de puni-lo. A remoção existe para ajustar a lotação, não para punir.*

Forma

É o modo como o ato se exterioriza, em regra escrito, e inclui as formalidades que a lei exige para sua edição. O vício de forma é a omissão ou a observância incompleta ou irregular de formalidade indispensável à existência ou seriedade do ato.

> *Ex.: a lei exige decisão escrita e motivada para o indeferimento, e a autoridade indefere verbalmente.*

Motivo

É a situação de fato e de direito que leva à prática do ato. O vício de motivo aparece de duas maneiras: o fato não existiu ou o fato existiu, mas é juridicamente inadequado para aquele resultado. Motivo não é motivação: esta é a exposição escrita dos motivos e integra a forma.

> *Ex.: o servidor é punido por falta em dia em que estava de férias (motivo inexistente). O servidor é demitido por um atraso de dez minutos, fato que a lei pune com advertência (motivo inadequado).*

Objeto

É o efeito jurídico imediato do ato: aquilo que ele cria, modifica ou extingue. Deve ser lícito, possível e determinado. Há ilegalidade do objeto quando o resultado do ato viola lei, regulamento ou outro ato normativo.

> *Ex.: a autoridade aplica ao servidor uma pena que a lei não prevê, como o rebaixamento de cargo.*

Mérito administrativo

Quando a lei deixa margem de escolha quanto ao motivo e ao objeto, a Administração decide por conveniência e oportunidade. Esse espaço é o mérito. Competência, finalidade e forma nunca entram nele.

> *Ex.: a lei autoriza suspensão de 1 a 90 dias; a escolha de 15 dias é mérito. Quem aplica a pena e por qual processo, não.*

Presunção de legitimidade e de veracidade

Presume-se que o ato está conforme a lei (legitimidade) e que os fatos que ele declara são verdadeiros (veracidade). A presunção existe em todo ato e é relativa: admite prova em contrário, a cargo de quem alega o vício. Por causa dela, o ato produz efeitos desde logo, mesmo se contestado.

> *Ex.: o auto de infração vale até o condutor provar que não cometeu a infração. A certidão emitida pelo órgão faz presumir verdadeiro o fato certificado.*

Imperatividade

O ato cria obrigação para terceiros independentemente de sua concordância. É o chamado poder extroverso, e alcança particulares em geral, não só servidores e delegatários. Não existe nos atos que apenas atendem a um pedido do interessado (licença, autorização) nem nos que só declaram um fato (certidão, atestado).

> *Ex.: a ordem de interdição de um estabelecimento obriga o dono, queira ele ou não.*

Autoexecutoriedade

A Administração executa o ato por seus próprios meios, sem ordem judicial prévia. Só existe com previsão em lei ou em situação de urgência. Divide-se em exigibilidade, que usa meio indireto de coerção, e executoriedade, que usa meio direto.

> *Ex.: a multa pressiona o infrator a cumprir a regra (exigibilidade); a remoção do veículo é feita pelo próprio agente (executoriedade). A multa não paga só é cobrada à força por execução judicial.*

Tipicidade

O ato corresponde a uma figura definida previamente em lei, apta a produzir determinado resultado. Impede a Administração de criar atos inominados e existe nos atos unilaterais.

> *Ex.: para punir o servidor, a autoridade usa uma das penalidades do art. 127 da Lei nº 8.112/1990; não inventa outra.*

§ Letra da lei

Lei nº 4.717/1965, art. 2º — "São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: a) incompetência; b) vício de forma; c) ilegalidade do objeto; d) inexistência dos motivos; e) desvio de finalidade."

Lei nº 4.717/1965, art. 2º, parágrafo único, "c" — "a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;"

Lei nº 4.717/1965, art. 2º, parágrafo único, "d" — "a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;"

▦ Quadro

Elemento	Vinculado ou discricionário	Vício (Lei nº 4.717/1965, art. 2º)
Competência	Vinculado	Incompetência
Finalidade	Vinculado	Desvio de finalidade
Forma	Vinculado	Vício de forma
Motivo	Pode ser discricionário	Inexistência dos motivos
Objeto	Pode ser discricionário	Ilegalidade do objeto

Atributo	O que significa	Em todo ato?
Presunção de legitimidade e veracidade	Ato conforme a lei; fatos verdadeiros	Sim
Tipicidade	Ato corresponde a figura prevista em lei	Nos atos unilaterais
Imperatividade	Cria obrigação sem a concordância do destinatário	Não
Autoexecutoriedade	Execução sem ordem judicial prévia	Não

Como a banca cobra

- "São atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade, a imperatividade, a autoexecutoriedade e a tipicidade." → **certo**.
- "São atributos dos atos administrativos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto." → **errado** (são os elementos).
- "A autoexecutoriedade está presente em todos os atos, sem necessidade de autorização legal ou judicial." → **errado** (exige lei ou urgência).
- "A autoexecutoriedade consiste em criar, unilateralmente, obrigações para o particular, sem necessitar da anuência deste." → **errado** (a descrição é da imperatividade).
- "As presunções de veracidade e legitimidade são absolutas, não se admitindo prova em contrário." → **errado** (são relativas).
- "Além da presunção de legitimidade, determinados atos, como as certidões, gozam de presunção de veracidade." → **certo**.
- "A correlação entre a conduta da Administração e a adequação à previsão legal constitui o conceito de presunção de legitimidade." → **certo**.
- "A Administração não pode estabelecer, unilateralmente, obrigações aos particulares, mas apenas a servidores e delegatários." → **errado** (imperatividade).
- "Tanto a inexistência da matéria de fato quanto a sua inadequação jurídica podem configurar vício de motivo." → **certo** (art. 2º, parágrafo único, "d").
- "O ato que não cumprir a finalidade de satisfazer o interesse público será nulo." → **certo** (desvio de finalidade).
- **Detalhe que derruba o item:** a troca de lista (elementos apresentados como atributos), a troca de definição (imperatividade por autoexecutoriedade) e a generalização: "todos os atos", "sempre", "absoluta".

Revisão rápida

- ☐ **Quais são os elementos do ato?** Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- ☐ **Quais elementos são sempre vinculados?** Competência, finalidade e forma.
- ☐ **O que é o mérito?** A escolha de motivo e objeto, por conveniência e oportunidade.
- ☐ **Quais são os atributos?** Presunção de legitimidade e veracidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.
- ☐ **A presunção de legitimidade é absoluta?** Não; é relativa e inverte o ônus da prova.
- ☐ **Qual atributo cria obrigação sem concordância?** A imperatividade.
- ☐ **Quando há autoexecutoriedade?** Com previsão legal ou urgência.
- ☐ **Quando há vício de motivo?** Fato inexistente ou juridicamente inadequado ao resultado.

Mapa mental

Ato administrativo: elementos e atributos

Elementos
- Competência, finalidade, forma: vinculados
- Motivo e objeto: mérito possível

Presunção de legitimidade
- Em todo ato
- Relativa: inverte o ônus da prova

Imperatividade
- Impõe sem concordância
- Não existe em negociais e enunciativos

Autoexecutoriedade
- Só com lei ou urgência
- Exigibilidade: meio indireto (multa)
- Executoriedade: meio direto (demolição)
- Cobrar multa exige execução fiscal

Tipicidade
- Ato previsto em lei

Vícios (Lei 4.717)
- Incompetência e forma
- Objeto ilegal e motivo inexistente
- Desvio de finalidade

⚠ Pegadinha
- Autoexecutoriedade em todos os atos → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Atributos do ato administrativo (doutrina majoritária).	**P**resunção de legitimidade, **I**mperatividade, **A**utoexecutoriedade e **T**ipicidade. A autoexecutoriedade não está presente em todo ato — exige previsão legal ou urgência.
Vício de motivo do ato administrativo: em que consiste?	A **inexistência dos motivos** ocorre quando a matéria de fato ou de direito em que se funda o ato é **materialmente inexistente** ou **juridicamente inadequada** ao resultado (Lei 4.717/1965, art. 2º, parágrafo único, "d"). As duas hipóteses viciam o motivo.
Imperatividade: a Administração pode impor obrigações a particulares unilateralmente?	**Sim.** Imperatividade (poder extroverso) é o atributo pelo qual o ato se impõe a terceiros **independentemente de sua concordância** — não só a servidores e delegatários. Armadilha: nem todo ato é imperativo (ex.: atos enunciativos e negociais).
Presunção de legitimidade × presunção de veracidade: o que é cada uma e são absolutas?	**Legitimidade (legalidade):** o ato presume-se **conforme a lei**. **Veracidade:** presumem-se **verdadeiros os fatos** alegados (ex.: certidões, atestados). Ambas são **relativas (juris tantum)** — admitem prova em contrário, com ônus para quem alega.

Elementos (requisitos) × atributos do ato administrativo: quais são?	**Elementos/requisitos** (Lei 4.717, art. 2º): **competência, finalidade, forma, motivo e objeto** (CO-FI-FO-M-OB). **Atributos:** presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade, tipicidade (PIAT). Ato que não visa ao interesse público tem vício de **finalidade** → nulo. Pegadinha: chamar os elementos de atributos.
Autoexecutoriedade × imperatividade: qual cria obrigações unilateralmente e qual executa sem o Judiciário?	**Imperatividade:** impor **obrigações** a terceiros independentemente de concordância. **Autoexecutoriedade:** a Administração **executa diretamente** suas decisões, **sem precisar recorrer ao Judiciário** (depende de lei ou urgência). Pegadinha: definir autoexecutoriedade como criação de obrigações, ou exigir ordem judicial prévia.

? Questões

gabarito comentado na p. 45

25 INÉDITA FAROL

A autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos, permitindo à Administração executá-los diretamente, sem necessidade de autorização legal ou judicial.

(C) Certo (E) Errado

26 INÉDITA FAROL

São atributos do ato administrativo, segundo a doutrina majoritária, a presunção de legitimidade, a imperatividade, a autoexecutoriedade e a tipicidade.

(C) Certo (E) Errado

27 INÉDITA FAROL

São atributos do ato administrativo:

(A) competência, finalidade e forma.
(B) motivo, objeto e finalidade.
(C) eficácia, validade e perfeição.
(D) discricionariedade e vinculação.
(E) presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade.

3.2 ITEM 2.1 DO EDITAL PRIORIDADE MEDIA

Ato administrativo — espécies e classificação



Tópico online
podcast, revisão e atualizações



Videoaula
aula completa no YouTube



3 questões online
corrigidas na hora

Resumo

A doutrina classifica os atos administrativos por vários critérios e os agrupa em cinco espécies. A banca troca as definições de pares próximos.

- **Liberdade de decisão:** vinculado ou discricionário.
- **Formação da vontade:** simples, complexo ou composto.
- **Destinatários:** geral ou individual.
- **Alcance:** interno ou externo.
- **Prerrogativas:** de império, de gestão ou de expediente.
- **Espécies:** normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos.
- **Aposentadoria:** ato complexo, segundo o STF.
- **Decreto:** ato privativo do chefe do Poder Executivo.
- **Licença e autorização:** a primeira é vinculada; a segunda, discricionária e precária.

Os elementos e os atributos do ato e o seu desfazimento estão em tópicos próprios.

Entenda

Vinculado e discricionário

No ato vinculado, a lei fixa todos os elementos. Preenchidos os requisitos, a Administração deve praticar o ato; não avalia conveniência nem oportunidade. No ato discricionário, a lei deixa margem de escolha quanto ao motivo ou ao objeto. Essa margem é o mérito administrativo. Competência, forma e finalidade são sempre vinculadas.

> *Ex.: a licença para construir é devida a quem cumpre as exigências legais. A autorização para porte de arma depende da avaliação da autoridade.*

Simples, complexo e composto

O ato simples resulta da vontade de um só órgão, singular ou colegiado. O ato complexo resulta de vontades de órgãos diferentes que se fundem em um único ato. O ato composto resulta da vontade de um órgão, mas depende de outro ato, acessório, para produzir efeitos: aprovação, visto ou homologação. No complexo há um ato; no composto, dois.

> *Ex.: a decisão de uma comissão é ato simples. O parecer que só produz efeitos depois do visto do chefe é ato composto.*

Aposentadoria é ato complexo

Para o STF, a concessão de aposentadoria, reforma ou pensão é ato complexo: só se aperfeiçoa com o registro pelo Tribunal de Contas. O tribunal tem cinco anos para julgar a legalidade, contados da chegada do processo (RE 636.553, Tema 445). Passado o prazo, o ato é considerado registrado.

> *Ex.: o órgão concede a aposentadoria em 2020 e o processo chega ao TCU em 2021. O tribunal tem até 2026 para negar o registro.*

Gerais e individuais, internos e externos

O ato geral atinge destinatários indeterminados, em situação abstrata. O ato individual tem destinatário certo, um ou vários. O ato interno produz efeitos dentro da Administração. O ato externo alcança os administrados e depende de publicação.

> *Ex.: o regulamento é ato geral; a nomeação de cinco candidatos é ato individual, embora plural. A ordem de serviço é interna; a interdição de um estabelecimento é externa.*

Império, gestão e expediente

Ato de império é o praticado com supremacia sobre o particular. Ato de gestão é o praticado sem supremacia, na administração de bens e serviços. Ato de expediente dá andamento a processos e papéis e prepara a decisão da autoridade, sem conteúdo decisório.

> *Ex.: a desapropriação é ato de império; a locação de imóvel pela Administração é ato de gestão; o despacho que encaminha o processo a outro setor é ato de expediente.*

Critério subjetivo

Pelo critério subjetivo, orgânico ou formal, o que define o ato é o órgão que o pratica. Por esse critério, os atos normativos do Poder Executivo, como os decretos regulamentares, são atos administrativos, embora tenham conteúdo de norma.

> *Ex.: o decreto que regulamenta uma lei é ato administrativo em sentido formal.*

As cinco espécies

Na divisão de Hely Lopes Meirelles:

- **Normativos:** contêm comando geral para a correta aplicação da lei. Decreto regulamentar, regimento, resolução, instrução normativa.
- **Ordinatórios:** disciplinam o funcionamento da Administração e a conduta dos agentes. Portaria, circular, ordem de serviço, aviso, despacho.
- **Negociais:** a vontade da Administração coincide com a pretensão do particular. Licença, autorização, permissão, admissão, aprovação, homologação, visto.
- **Enunciativos:** certificam ou atestam um fato ou emitem opinião. Certidão, atestado, parecer, apostila.
- **Punitivos:** aplicam sanção. Multa, interdição, advertência, demissão.

> *Ex.: a multa de trânsito é ato punitivo; a certidão negativa de débitos é ato enunciativo.*

Decreto e certidão

O decreto é ato privativo do chefe do Poder Executivo (CF, art. 84, IV e VI). Pode ser normativo, quando regulamenta a lei, ou individual, quando trata de caso concreto. A certidão declara a existência ou a inexistência de atos ou fatos que constam dos registros da Administração e goza de fé pública.

> *Ex.: o decreto que declara um imóvel de utilidade pública para desapropriação é individual.*

Licença, autorização e permissão

A licença é ato vinculado e definitivo: quem cumpre os requisitos tem direito a ela. A autorização é ato discricionário e precário, dado no interesse predominante do particular; pode ser revogada a qualquer tempo. A permissão de uso de bem público também é discricionária e precária, mas atende a interesse do particular e da coletividade.

> *Ex.: a licença para dirigir é vinculada. A autorização para fechar a rua para uma festa é discricionária.*

Quadro

Par	Diferença
Vinculado e discricionário	Só o discricionário tem margem de conveniência e oportunidade
Complexo e composto	Complexo: vontades de órgãos diversos em um só ato. Composto: ato principal mais ato acessório
Geral e individual	Geral: destinatários indeterminados. Individual: destinatários certos
Império e gestão	Império: com supremacia. Gestão: sem supremacia
Gestão e expediente	Gestão: administra bens e serviços. Expediente: dá andamento a processos
Licença e autorização	Licença: vinculada e definitiva. Autorização: discricionária e precária

Como a banca cobra

- "O ato administrativo é considerado vinculado quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão para a autoridade, sendo analisados os critérios de oportunidade e conveniência." → **errado** (essa é a definição do ato discricionário).
- "Segundo o STF, o ato que concede aposentadoria a servidor público é ato administrativo complexo, pois depende da atuação do ente a que o agente é subordinado e da aprovação do Tribunal de Contas." → **certo** (Tema 445).
- "O decreto é ato administrativo privativo do chefe do Poder Executivo, podendo ser classificado em decreto normativo e decreto individual." → **certo**.
- "Os atos normativos emanados do Poder Executivo são atos administrativos, pelo critério subjetivo, orgânico ou formal." → **certo**.
- "Certidão é ato administrativo que declara a existência ou inexistência de atos ou fatos administrativos." → **certo** (ato enunciativo).
- "São atos de gestão os que se destinam a dar andamento aos processos e documentos que tramitam na administração, preparando-os para decisão." → **errado** (são atos de expediente).
- **Detalhe que derruba o item:** a definição de um ato com o nome do seu par. Vinculado por discricionário, complexo por composto, gestão por expediente, licença por autorização.

Revisão rápida

- [ ] **Em que ato há juízo de conveniência e oportunidade?** No discricionário.
- [ ] **O que distingue o ato complexo do composto?** No complexo, vontades de órgãos diversos formam um só ato; no composto, há ato principal e ato acessório.
- [ ] **Que tipo de ato é a aposentadoria para o STF?** Complexo; aperfeiçoa-se com o registro no Tribunal de Contas.
- [ ] **Quanto tempo o Tribunal de Contas tem para julgar a aposentadoria?** Cinco anos, contados da chegada do processo.
- [ ] **Quem expede decreto?** O chefe do Poder Executivo.
- [ ] **Certidão, atestado e parecer são de que espécie?** Enunciativos.
- [ ] **Licença é vinculada ou discricionária?** Vinculada.
- [ ] **O que é ato de expediente?** O que dá andamento a processos, sem decidir.

Mapa mental

Ato administrativo: espécies e classificação

Vinculado × discricionário

- Vinculado: lei fixa tudo, deve agir
- Discricionário: mérito no motivo/objeto

Formação da vontade

- Simples: uma vontade
- Complexo: órgãos diferentes se fundem
  Aposentadoria: complexo (TCU, 5 anos)
- Composto: principal + acessório

Alcance

- Gerais × individuais
- Internos × externos

Espécies (Hely)

- Normativos: decreto, regimento
- Ordinatórios: portaria, circular
- Negociais: licença, autorização
- Enunciativos: certidão, parecer
- Punitivos: multa, interdição

Distinções

- Licença: vinculada e definitiva
- Autorização: discricionária e precária

⚠️ Pegadinha

- Vinculado com conveniência → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Ato vinculado × ato discricionário: em qual há análise de conveniência e oportunidade?	**Discricionário:** a lei deixa margem de escolha (mérito = conveniência e oportunidade). **Vinculado:** a lei fixa todos os elementos; preenchidos os requisitos, a Administração **deve** praticá-lo. Pegadinha: atribuir ao vinculado a margem de liberdade.
Ato simples × complexo × composto. E a aposentadoria de servidor?	**Simples:** uma vontade. **Complexo:** vontades de **órgãos diversos que se fundem** num só ato. **Composto:** ato principal + ato **acessório** (aprovação, visto). **Aposentadoria:** para o STF, **ato complexo** (órgão de origem + registro pelo Tribunal de Contas) — RE 636.553, Tema 445 (TC tem 5 anos da chegada do processo).
Decreto: quem expede e como se classifica? E o critério subjetivo (orgânico/formal) de ato administrativo?	**Decreto** é ato **privativo do chefe do Executivo** (CF, art. 84, IV e VI), podendo ser **normativo/geral** (regulamentar) ou **individual/concreto** (ex.: desapropriação). Pelo **critério subjetivo/orgânico/formal**, conta **quem pratica** o ato: atos normativos do Executivo são atos administrativos.
Espécies de atos administrativos (Hely): quais são e onde entram certidão, atestado e parecer?	**Normativos** (decreto, regulamento, resolução), **ordinatórios** (portaria, circular, ordem de serviço), **negociais** (licença, autorização, permissão), **enunciativos** (**certidão**, atestado, parecer, apostila) e **punitivos** (multa, interdição). **Certidão** = ato enunciativo que **declara** a existência ou inexistência de atos ou fatos constantes de registros.

Atributos do ato administrativo: quais são?	**Presunção de legitimidade** (e veracidade), **imperatividade**, **autoexecutoriedade** e **tipicidade**. A presunção é **relativa**: admite prova em contrário. A autoexecutoriedade não existe em todo ato (depende de lei ou urgência).
Elementos do ato administrativo: quais são vinculados em todo ato?	**Competência, finalidade e forma** são sempre **vinculados**. **Motivo e objeto** podem ser discricionários (mérito).
Atos de império × de gestão × de expediente: o que distingue cada um?	**Império**: com supremacia (desapropriação, interdição). **Gestão**: sem supremacia, na administração de bens e serviços (contratos de direito privado). **Expediente**: dão andamento a processos e papéis, preparando a decisão de mérito da autoridade.

? Questões

gabarito comentado na p. 45

28 PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Julgue o item subsequente, relativo a noções de direito administrativo.

São classificados como atos de gestão os atos administrativos que se destinam a dar andamento aos processos e documentos que tramitam na administração pública, preparando-os para posterior decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente.

(C) Certo (E) Errado

29 INÉDITA FAROL

Quanto à classificação dos atos administrativos, a licença e a autorização diferenciam-se porque:

(A) ambas são atos discricionários e precários.
(B) ambas são atos vinculados e definitivos.
(C) a licença é ato vinculado, que reconhece direito do particular que preenche os requisitos legais, e a autorização é ato discricionário e precário.
(D) a licença é sempre gratuita, e a autorização é sempre onerosa.
(E) a autorização é concedida apenas a pessoas jurídicas de direito público.

30 INÉDITA FAROL

São elementos (ou requisitos) do ato administrativo, segundo a doutrina majoritária e a Lei 4.717/1965 (Lei da Ação Popular):

(A) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
(B) presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade.
(C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
(D) conveniência, oportunidade e discricionariedade.
(E) validade, eficácia e exequibilidade.

Gabarito comentado · Noções de Direito Administrativo

25 E **26** C **27** E **28** E **29** C **30** A

25 **Errado** Ato administrativo — elementos e atributos

Errado. A autoexecutoriedade não é atributo de todo ato administrativo: exige previsão em lei ou situação de urgência que a justifique.

26 **Certo** Ato administrativo — elementos e atributos

Certo. Trata-se da classificação dos atributos do ato administrativo amplamente adotada pela doutrina (por todos, Maria Sylvia Zanella Di Pietro).

27 **E** Ato administrativo — elementos e atributos

Atributos (características do ato): presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade. Competência, finalidade, forma, motivo e objeto são requisitos/elementos do ato.

28 **Errado** Ato administrativo — espécies e classificação

Errado. Os atos que dão andamento a processos e papéis, preparando a decisão de mérito da autoridade competente, são os atos de expediente. Atos de gestão são os praticados pela administração sem usar sua supremacia, na gestão de bens e serviços (como em contratos de direito privado).

29 **C** Ato administrativo — espécies e classificação

A licença (por exemplo, para construir ou de habilitação) é vinculada: preenchidos os requisitos, a administração deve concedê-la. A autorização (como o porte de arma ou o uso de bem público) é discricionária e precária, revogável a qualquer tempo. Por isso (A) e (B) igualam o que é diferente, e (D) e (E) não têm base legal.

30 **A** Ato administrativo — espécies e classificação

Os cinco elementos são competência (ou sujeito), finalidade, forma, motivo e objeto (Lei 4.717/1965, art. 2º). (B) traz os atributos do ato, (C) os princípios do art. 37 da CF, e (D) os componentes do mérito administrativo. (E) são planos de análise do ato (perfeição, validade e eficácia), e não seus elementos.

Simulado final

10 itens Certo ou Errado das disciplinas do edital, na proporção do peso de cada uma. Tempo sugerido: **90 minutos**. Na correção da banca, cada item errado anula um certo: deixe em branco o que não souber. Marque na folha de respostas e confira no gabarito comentado, ou faça online e veja a nota projetada para a prova inteira.



Faça este simulado online
correção e nota projetada na hora

S1 PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No texto, o pensamento convergente é apresentado como mais complexo para os seres humanos que o divergente.

(C) Certo (E) Errado

S2 INÉDITA FAROL

A forma "intervêm", com acento circunflexo, é a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo intervir.

(C) Certo (E) Errado

S3 PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

No primeiro período do terceiro parágrafo, a supressão da expressão "é o que" alteraria as relações sintáticas entre elementos do período, mas manteria a coerência das ideias e a correção gramatical do texto.

(C) Certo (E) Errado

S4 INÉDITA FAROL

Em oração iniciada por pronome relativo, a ênclise é a colocação obrigatória do pronome átono.

(C) Certo (E) Errado

S5 INÉDITA FAROL

As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.

(C) Certo (E) Errado

S6 INÉDITA FAROL

A validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável por mais quatro.

(C) Certo (E) Errado

S7 INÉDITA FAROL

À servidora que adotar criança de até um ano de idade serão concedidos 120 dias de licença remunerada, conforme o art. 210 da Lei 8.112/1990.

(C) Certo (E) Errado

S8 INÉDITA FAROL

Por motivo de crença religiosa, o servidor não pode ser privado de quaisquer direitos.

(C) Certo (E) Errado

S9 INÉDITA FAROL

A recondução decorre da aposentadoria do servidor por invalidez, quando cessados os motivos da incapacidade.

(C) Certo (E) Errado

S10 INÉDITA FAROL

Com a Lei 14.230/2021, os atos de improbidade administrativa exigem dolo.

(C) Certo (E) Errado

Folha de respostas

S1	C E	**S2**	C E	**S3**	C E	**S4**	C E
S5	C E	**S6**	C E	**S7**	C E	**S8**	C E
S9	C E	**S10**	C E				

Gabarito comentado do simulado

S1 E **S2** C **S3** C **S4** E **S5** C **S6** E **S7** E **S8** C **S9** E **S10** C

S1 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto não compara a complexidade dos dois raciocínios para os seres humanos: descreve o convergente como estruturado (uma única solução) e o divergente como "mais fluido e caótico".

S2 **Certo** Acentuação gráfica — regras após o Acordo Ortográf...

Certo. “Intervir” deriva de “vir” e segue sua flexão: “ele intervém”, com acento agudo no singular, e “eles intervêm”, com circunflexo na terceira pessoa do plural do presente do indicativo.

S3 **Certo** Reescrita — substituição e reorganização de trechos

Certo. Sem "é o que", o período fica "Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar ocorre por meio do uso das deepfakes": "Um exemplo de ataque..." passa a ser sujeito de "ocorre" e desaparece a oração relativa — muda a sintaxe, mas o período continua correto e coerente.

S4 **Errado** Colocação dos pronomes átonos

Errado. O pronome relativo é palavra atrativa e, por isso, exige a próclise, como em “o documento que se aprovou”; a ênclise não é a colocação cabível nessa oração.

S5 **Certo** Administração pública na Constituição — arts. 37 a 4...

Certo. O art. 37, V, da Constituição reserva as funções de confiança exclusivamente aos servidores efetivos. Já os cargos em comissão destinam-se a direção, chefia e assessoramento, regra que os diferencia das funções.

S6 **Errado** Administração pública na Constituição — arts. 37 a ...

Errado. O art. 37, III, da Constituição fixa validade de até dois anos, com uma única prorrogação por igual período. Portanto, o prazo de prorrogação não pode ser de quatro anos.

S7 **Errado** Lei 8.112: seguridade social do servidor

Errado. O art. 210 da Lei 8.112/1990 prevê 90 dias de licença à adotante de criança de até um ano; o prazo de 120 dias é o da licença à gestante, do art. 207.

S8 **Certo** Lei 8.112: disposições gerais

Certo. O art. 239 da Lei 8.112/1990 protege o servidor contra privação de direitos e discriminação por crença religiosa ou convicção filosófica ou política, sem dispensá-lo, porém, dos deveres.

S9 **Errado** Lei 8.112/1990: provimento, posse e exercício

Errado. Lei 8.112/1990, art. 29: decorre de inabilitação em estágio de outro cargo ou de reintegração do anterior ocupante. A hipótese descrita é de reversão (art. 25).

S10 **Certo** Improbidade administrativa — Lei 8.429/1992 após...

Certo. A Lei 14.230/2021 eliminou a improbidade culposa: negligência e imprudência não bastam, e as três modalidades passaram a exigir vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

Continue no Farol

Este caderno é o começo. Na plataforma, cada resposta sua ajusta o plano.

Plano do dia
o que estudar hoje, montado pelo edital e pelos seus erros

Questões ilimitadas
30 questões deste edital, corrigidas na hora

Revisão espaçada
flashcards que voltam no dia certo, sem você contar

Simulados no tempo da prova
com nota projetada e posição no corte

Podcasts e videoaulas
para estudar no trânsito e na academia

Diagnóstico de erros
o padrão dos seus erros e o que revisar primeiro

Caderno completo em PDF
169 tópicos · 2.468 questões · acesso imediato

Crie sua conta grátis
farolestudos.com.br · sem cartão

Anotações

Farol
estudos

Estudo com plano, do primeiro dia à aprovação.

farolestudos.com.br